



# **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**Electra Power Geração de Energia S/A**

31 de dezembro de 2021

## Sumário

<b>Demonstrações Financeiras .....</b>	<b>5</b>
Balanco Patrimonial.....	5
Demonstração do Resultado.....	7
Demonstração do resultado abrangente.....	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido .....	9
Demonstração dos fluxos de caixa .....	10
<b>1. Informações corporativas .....</b>	<b>11</b>
1.1. <i>Generation Scaling Factor (GSF)</i> .....	12
1.2. Ambientes de comercialização de energia .....	13
1.3. Projetos.....	13
1.4. Repactuação do risco hidrológico .....	14
<b>2. Base de elaboração.....</b>	<b>14</b>
2.1. Declaração de conformidade .....	14
2.2. Base de preparação e mensuração .....	15
2.3. Demonstrações financeiras individuais .....	15
2.4. Pronunciamentos contábeis emitidos/revisados recentemente.....	15
<b>3. Base para consolidação .....</b>	<b>15</b>
3.1. Controladas.....	16
3.2. Coligadas.....	17
<b>4. Principais políticas contábeis.....</b>	<b>17</b>
4.1. Classificação dos ativos como circulante e não circulante.....	17
4.2. Caixa e equivalentes .....	17
4.3. Contas a receber.....	17
4.4. Imobilizado .....	18
4.5. Intangível .....	19
4.6. Ágio .....	19
4.7. Classificação dos passivos como circulante e não circulante .....	20
4.8. Fornecedores.....	20
4.9. Empréstimos e financiamentos.....	20
4.10. Arrendamentos.....	21
4.11. Provisões.....	21
4.12. Apuração do resultado líquido .....	22
4.12.1. Receita .....	22
4.12.2. Custo da energia vendida .....	22

4.12.3. Despesas gerais e administrativas .....	22
4.12.4. Resultado de equivalência patrimonial .....	22
4.12.5. Outras receitas (despesas) operacionais líquidas .....	23
4.12.6. Resultado financeiro .....	23
4.12.7. Imposto de renda e contribuição social correntes.....	23
4.12.8. Imposto de renda e contribuição social diferidos .....	23
<b>5. Principais julgamentos contábeis, estimativas e premissas.....</b>	<b>24</b>
5.1. Imposto sobre a renda.....	24
5.2. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiro “ <i>impairment</i> ” .....	25
5.3. Arrendamentos .....	26
<b>6. Demonstrações financeiras .....</b>	<b>27</b>
6.1. Caixa e equivalentes .....	27
6.2. Contas a receber .....	27
6.3. Tributos a recuperar .....	27
6.4. Despesas antecipadas .....	28
6.5. Ativo fiscal diferido .....	28
6.6. Partes relacionadas .....	28
6.6.1. Transações com partes relacionadas.....	29
6.6.2. Remuneração ao dirigentes .....	30
6.7. Investimento.....	30
6.8. Imobilizado .....	31
6.9. Intangível .....	33
6.10. Empréstimos e financiamentos.....	34
6.11. Obrigações tributárias .....	34
6.12. Adiantamento de clientes .....	35
6.13. Contratos a pagar .....	35
6.14. Provisões.....	36
6.15. Patrimônio líquido .....	37
6.15.1. Capital social .....	37
6.16. Receita líquida.....	37
6.17. Despesas gerais e administrativas .....	38
6.18. Outras receitas (despesas) operacionais líquidas.....	38
6.19. Resultado financeiro líquido .....	39
6.20. Imposto de renda e contribuição social.....	40
6.21. Cobertura de seguros.....	40



<b>7. Gestão de riscos.....</b>	<b>40</b>
<b>8. Eventos subsequentes .....</b>	<b>43</b>
<b>RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....</b>	<b>44</b>

**ELECTRA POWER GERAÇÃO DE ENERGIA S/A****Balanco patrimonial**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		Dez 2021	Dez 2020	Dez 2021	Dez 2020
Caixas e equivalentes	6.1	707	389	3.821	2.895
Contas a receber	6.2	8.778	-	9.803	445
Dividendos a receber		2.959	-	2.959	-
Adiantamentos		23	30	43	222
Tributos a recuperar	6.3	848	857	867	868
Despesas antecipadas	6.4	8	42	402	305
Outros ativos		-	-	1.243	1.311
<b>Ativo circulante</b>		<b>13.323</b>	<b>1.318</b>	<b>19.138</b>	<b>6.046</b>
Contas a receber	6.2	13.067	31.291	13.067	31.291
Adiantamentos		-	-	23	24
Ativo fiscal diferido	6.5	37.119	36.996	37.119	36.996
Partes relacionadas	6.6	427	16.148	3.225	12.702
Aplicações de liquidez não imediata		1.250	1.431	1.882	1.431
Depósitos restituíveis e valores vinculados		29	-	740	737
Outros ativos		15.708	-	15.708	-
Investimentos	6.7	320.776	320.673	66.102	54.019
Imobilizado	6.8	453	126	318.546	335.129
Intangível	6.9	43.904	44.404	44.256	44.672
<b>Ativo não circulante</b>		<b>432.733</b>	<b>451.069</b>	<b>500.668</b>	<b>517.001</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>446.056</b>	<b>452.387</b>	<b>519.806</b>	<b>523.047</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## ELECTRA POWER GERAÇÃO DE ENERGIA S/A

**Balanco patrimonial**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		Dez 2021	Dez 2020	Dez 2021	Dez 2020
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>					
Empréstimos e financiamentos	6.10	5.287	5.298	11.217	11.432
Fornecedores		31	31	377	725
Salários a pagar		316	336	428	504
Obrigações tributárias	6.11	141	140	778	732
Adiantamentos de clientes	6.12	3.548	3.619	3.548	3.619
Obrigações societárias		-	-	-	8.434
Contratos a pagar	6.13	-	-	111	580
Outros passivos		-	-	-	68
		<b>9.323</b>	<b>9.424</b>	<b>16.459</b>	<b>26.094</b>
<b>Passivo circulante</b>					
Empréstimos e financiamentos	6.10	2.203	7.503	12.759	23.258
Contratos a pagar	6.13	-	-	41.722	34.177
Partes relacionadas	6.6	27.577	17.140	13.370	11.347
Adiantamentos de clientes	6.12	301	3.848	301	3.848
Provisões	6.14	362	-	28.175	12.123
Outros passivos		31	2.960	-	-
		<b>30.474</b>	<b>31.451</b>	<b>96.327</b>	<b>84.753</b>
<b>Passivo não circulante</b>					
<b>Total do passivo</b>		<b>39.797</b>	<b>40.875</b>	<b>112.786</b>	<b>110.847</b>
Capital social	6.15.1	527.402	527.402	527.402	527.402
Reserva de capital		-	15.831	-	15.831
Reserva de lucro		11	11	11	11
Resultados acumulados		(121.154)	(131.732)	(121.156)	(131.732)
		<b>406.259</b>	<b>411.512</b>	<b>406.257</b>	<b>411.512</b>
<b>Patrimônio líquido</b>					
Participação dos sócios não controladores		-	-	763	688
		-	-	<b>763</b>	<b>688</b>
<b>Total do patrimônio líquido dos sócios não controladores</b>					
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>446.056</b>	<b>452.387</b>	<b>519.806</b>	<b>523.047</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## ELECTRA POWER GERAÇÃO DE ENERGIA S/A

**Demonstração do resultado**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
		Dez 2021	Dez 2020	Dez 2021	Dez 2020
Receita líquida	6.16	32.073	43.219	66.783	65.925
( - ) Custo dos produtos vendidos		(34.983)	(40.669)	(42.956)	(41.138)
<b>Lucro bruto</b>		<b>(2.910)</b>	<b>2.550</b>	<b>23.827</b>	<b>24.787</b>
Despesas gerais e administrativas	6.17	(3.206)	(153)	(11.598)	(9.559)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	6.18	(381)	(1.103)	(14.447)	(11.349)
Resultado de equivalência patrimonial		2.951	1.554	4.313	3.756
<b>Resultado operacional</b>		<b>(3.546)</b>	<b>2.848</b>	<b>2.095</b>	<b>7.635</b>
Receitas financeiras		344	183	602	1.134
Despesas financeiras		(2.174)	(2.250)	(6.677)	(5.996)
Resultado financeiro líquido	6.19	(1.830)	(2.067)	(6.075)	(4.862)
<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>(5.376)</b>	<b>781</b>	<b>(3.980)</b>	<b>2.773</b>
Imposto de renda e contribuição social	6.20	123	(175)	(1.276)	(1.625)
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>(5.253)</b>	<b>606</b>	<b>(5.256)</b>	<b>1.148</b>
<b>Resultado líquido do exercício controladores</b>		<b>(5.253)</b>	<b>606</b>	<b>(5.253)</b>	<b>606</b>
<b>Resultado líquido do exercício não controladores</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(3)</b>	<b>542</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**ELECTRA POWER GERAÇÃO DE ENERGIA S/A****Demonstração do resultado abrangente**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (em milhares de reais)

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>Dez 2021</b>	<b>Dez 2020</b>	<b>Dez 2021</b>	<b>Dez 2020</b>
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>(5.253)</b>	<b>606</b>	<b>(5.256)</b>	<b>1.148</b>
<b>Resultado abrangente total</b>	<b>(5.253)</b>	<b>606</b>	<b>(5.256)</b>	<b>1.148</b>
<b>Atribuível aos acionistas controladores</b>	<b>(5.253)</b>	<b>606</b>	<b>(5.253)</b>	<b>606</b>
<b>Atribuível aos acionistas não controladores</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(3)</b>	<b>542</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



**ELECTRA POWER GERAÇÃO DE ENERGIA S/A****Demonstração das mutações do patrimônio líquido**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Resultados acumulados	Total	Não controladores	Total do patrimônio líquido
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2020</b>	<b>527.402</b>	<b>15.831</b>	<b>11</b>	<b>(132.338)</b>	<b>410.906</b>	<b>8.398</b>	<b>419.304</b>
Varição na participação minoritários	-	-	-	-	-	(8.252)	(8.252)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	606	606	542	1.148
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>527.402</b>	<b>15.831</b>	<b>11</b>	<b>(131.732)</b>	<b>411.512</b>	<b>688</b>	<b>412.200</b>
Absorção de prejuízos acumulados	-	(15.831)	-	15.831	-	-	-
Varição na participação minoritários	-	-	-	-	-	75	75
Resultado líquido do exercício	-	-	-	(5.255)	(5.255)	-	(5.255)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>527.402</b>	<b>-</b>	<b>11</b>	<b>(121.156)</b>	<b>406.257</b>	<b>763</b>	<b>407.020</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## ELECTRA POWER GERAÇÃO DE ENERGIA S/A

## Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	Reapresentado		Reapresentado	
	Dez 2021	Dez 2020	Dez 2021	Dez 2020
Resultado líquido do exercício	(5.253)	606	(5.253)	606
Depreciação e amortização	161	189	11.240	11.511
Equivalência patrimonial	(2.951)	(1.555)	(4.313)	(3.904)
Ganho/perda no ativo imobilizado, intangível e investimentos	1.899	1.140	2.055	931
Outros itens não monetários incluídos no resultado	-	(515)	-	(517)
Reversões/provisões passivo tributário, cíveis e trabalhista	362	-	12.595	8.921
Reversões/provisões para redução de valor recuperável	455	-	455	-
Imposto de renda e contribuição social	(123)	175	1.276	1.625
Provisão de juros passivos	1.135	1.559	3.095	4.169
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais antes do capital de giro e provisões</b>	<b>(4.315)</b>	<b>1.599</b>	<b>21.150</b>	<b>23.342</b>
Redução/(aumento) nas contas a receber / a pagar e demais contas	8.325	(9.457)	(7.524)	(13.413)
Contas a receber	(1.536)	(2.178)	(2.117)	(1.750)
Tributos	10	466	(173)	(507)
Depósitos restituíveis e valores vinculados	(29)	275	(3)	1.105
Despesas antecipadas / contratos a pagar	33	(8)	(189)	170
Partes relacionadas	9.861	(7.920)	(4.797)	(11.362)
Fornecedores	6	(102)	(169)	148
Salários a pagar	(20)	10	(76)	74
Outros ativos / passivos	-	-	-	(1.291)
<b>Geração de caixa das atividades operacionais</b>	<b>4.010</b>	<b>(7.858)</b>	<b>13.626</b>	<b>9.929</b>
Juros pagos	(1.385)	(2.058)	(3.070)	(3.192)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(1.179)	(1.693)
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	<b>2.625</b>	<b>(9.916)</b>	<b>9.377</b>	<b>5.044</b>
Redução/(aumento) de aplicações financeiras	181	(36)	(451)	(36)
Aporte de capital em investimentos	(626)	11.222	-	4.000
Dividendos recebidos	3.649	1.200	3.649	1.200
Aquisições de ativo imobilizado / intangível	(450)	(46)	(914)	(3.848)
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>	<b>2.754</b>	<b>12.340</b>	<b>2.284</b>	<b>1.316</b>
Aumento de capital	-	-	1	-
Amortização de empréstimos e financiamentos	(5.061)	(4.828)	(10.737)	(10.449)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	4	-
Variação na participação dos minoritários	-	-	(3)	724
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>	<b>(5.061)</b>	<b>(4.828)</b>	<b>(10.735)</b>	<b>(9.725)</b>
<b>Aumento / (redução) líquida no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>318</b>	<b>(2.404)</b>	<b>926</b>	<b>(3.365)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	389	2.793	2.895	6.260
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	707	389	3.821	2.895

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (em milhares de reais, exceto quando indicado)

### 1. Informações corporativas

A **Electra Power Geração de Energia S/A** denominada “Empresa”, com sede Boituva - SP, tem como objeto social, atividade empresarial organizada para geração e comercialização de energia elétrica, participação em outras empresas, assessoria, gestão e comercialização de créditos de carbono, consultoria acerca de negócios que utilizem fontes incentivadas de geração de energia, prestação de serviços no setor energético e construção de fontes incentivadas de geração de energia.

A Empresa, suas controladas e coligadas têm envidado esforços gerenciais, estratégicos e operacionais nos últimos anos, tendo como foco a maximização de seus negócios, envolvendo: projetos e construções de usinas geradoras de energia renováveis, contemplando pequenas centrais hidrelétricas (PCH’s), eólicas e solares, dos quais, seguem em observância ao exigido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e demais órgãos reguladores.

Descrição	Atividade principal
<b>Controlada direta</b>	
Carnaúba Geração de Energia S/A	Geração e Comercialização de energia
Tamboril Energética S/A	Geração e Comercialização de energia
Abranjo Geração de Energia S/A	Geração e Comercialização de energia
<b>Controlada direta (projetos)</b>	
Ícaro Geração de Energia Eólica Ltda.	Holding, geração e Comercialização de energia
Estrela Geração de Energia S.A	Geração de energia
Fazenda Rio Bonito Geração de Energia S.A	Geração e Comercialização de energia
Jaguaritica Geração de Energia S.A	Geração e Comercialização de energia
Lobo- Guará Geração de Energia S.A	Geração e Comercialização de energia
<b>Controlada indireta</b>	
Canaã Geração de Energia S/A	Geração e Comercialização de energia

A sua estrutura física operacional para geração de energia é composta por 6 usinas em operação até findo exercício de 2021, possibilitando uma capacidade total de geração de energia equivalente a 104,20 MWm.

Geradoras	PCH	Potência instalada (MWm)	Nº Autorização ANEEL	Vencimento prazo autorização	Local
<b>Controlada direta</b>		<b>50,19</b>			
Carnaúba Geração de Energia S/A	PCH Rênic	16,00	1.186 de 08/01/2008	16/01/2038	Arenópolis/GO
Tamboril Energética S/A	PCH Tamboril	29,33	1.151 de 11/12/2007	17/12/2037	Palestina de Goiás/GO
Abranjo Geração de Energia S/A	PCH Abranjo	4,86	2.604 de 03/11/2010	17/11/2040	Encruzilhada do Sul/RS
<b>Controlada indireta</b>		<b>54,01</b>			
Canaã Geração de Energia S/A	PCH Santa Cruz	17,01	610 de 13/06/2006	19/06/2036	Monte Negro/RO
Canaã Geração de Energia S/A	PCH Jamari	20,00	611 de 13/06/2006	19/06/2036	Ariquemes/RO
Canaã Geração de Energia S/A	PCH Canaã	17,00	612 de 13/06/2006	19/06/2036	Ariquemes/RO
		<b>104,20</b>			

A administração avalia a capacidade de continuidade da Empresa, estando convencida de que possui os recursos necessários e capacidade de desenvolver seus negócios no futuro de forma contínua, não havendo o conhecimento de incertezas ou probabilidades materiais que possam gerar dúvidas significativas em relação a sua continuidade.

A administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas pela diretoria em 12 de março 2022.

### 1.1. Generation Scaling Factor (GSF)

As PCHs conectadas ao Sistema Interligado Nacional (SIN) participam do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que funciona como um compartilhamento de riscos hidrológicos entre essas usinas, uma vez que as usinas geram energia pelo comando do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e/ou pelo regime hidrológico, ou seja, as UHE's não possuem gestão sobre o momento e montante que geram a energia, pois são despachadas centralizadamente na ONS. A participação neste mecanismo é proporcional à garantia física de cada usina, que também se configura como o limite de contrato de venda de energia de cada usina.

Quando o conjunto das usinas do MRE gera energia superior à soma das suas garantias físicas, haverá o que se chama de energia secundária, originando a receita desta energia ao valor do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) que é rateada entre as usinas participantes na proporção de suas garantias físicas. Por outro lado, se a geração do conjunto for inferior à soma das garantias físicas, haverá o que se chama de *Generation Scaling Factor* (GSF), sendo este déficit de energia também alocado na proporção da garantia física de cada usina e conseqüentemente expondo-a no mercado de curto prazo, valorando a energia faltante ao PLD.

## 1.2. Ambientes de comercialização de energia

A demanda por energia elétrica varia de acordo com o crescimento do PIB e o perfil de consumo da população. A Empresa possui a PCH Carnaúba operando desde junho/2016, a PCH Tamboril desde maio/2015, PCH Abranjo desde maio/2014, a PCH Santa Cruz operando desde junho/2014, PCH Jamari operando desde janeiro/2015 e a PCH Canaã operando desde março/2015, e sua receita baseia-se principalmente em contratos de venda de energia de longo prazo em Ambiente de Contratação Regulamentada (ACR) e Ambiente de Contratação Livre (ACL). A receita operacional e os custos de geração das PCHs não possuem grandes variações durante o exercício. As receitas influenciadas pelo PLD são derivadas do Mercado de Curto Prazo (MCP).

A sazonalização é a alocação da garantia física ou da energia comercializada entre determinados meses do ano. A média móvel é o volume médio de energia dos últimos doze meses. Alguns contratos de energia permitem que o gerador, anualmente, realize sazonalização para atender a contraparte. Dessa maneira, diferenças na sazonalização entre os anos podem gerar diferenças no reconhecimento da receita durante os trimestres, sem efeito no resultado anual, e também a necessidade de compra de energia para atendimento de média móvel em algum período específico.

## 1.3. Projetos

A Empresa está desenvolvendo atualmente projetos relacionados à energia fotovoltaica, na modalidade de geração distribuída:

- Implantação de 3 centros de geração fotovoltaica, localizados nos estados do Mato Grosso, Minas Gerais e Rio de Janeiro, promovendo benefícios ambientais e econômicos, em 17 unidades de distribuição do segmento bebida, com potência de 516 kWp;

E também a implantação de novas PCHs:

- PCH Aliança, localizada no Rio Floresta, Estado do Paraná, com potência instalada de 5,54 MWm e garantia física de 3,05 MWm. O projeto possui registro ativo de direito de preferência junto à ANEEL, bem como já tem protocolado o RAS (Relatório Ambiental Simplificado), com o intuito de obtenção de licença prévia junto ao órgão ambiental do Estado;
- PCH Nelson Jose Zanelatto e PCH Queimado, ambas localizadas no Rio Fão, Estado do Rio Grande do Sul, com potência instalada de 15,54 MWs e garantia física de 8,29 MWm. A Empresa possui o direito de preferência, outorgado pela ANEEL em 25/01/2020.

#### **1.4. Repactuação do risco hidrológico**

Desde o final de 2013, a geração das usinas hidrelétricas participantes do MRE tem sido inferior ao total de suas garantias físicas, provocando custos decorrentes de GSF inferior a 1 (um). O governo federal sinalizou alterações que objetivam regularizar tal situação, alcançando com isso maior estabilidade do mercado energético e direcionando a cobrança dos custos de GSF de forma equitativa.

## **2. Base de elaboração**

### **2.1. Declaração de conformidade**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, não havendo alteração nos métodos de mensuração utilizados em relação aqueles apresentados nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram preparadas utilizando-se base contábil de continuidade operacional de acordo com normas e práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e suas interpretações técnicas (ICPC) e orientações (OCPC), e as normas internacionais e relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”).

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela administração em sua gestão das atividades da Empresa.

A Empresa está em processo de harmonização às práticas contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais, podendo ser fatores determinantes a uso do julgamento profissional definido nas Normas Brasileiras de Contabilidade.

## **2.2. Base de preparação e mensuração**

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais (R\$), exceto quando mencionado de outra forma, arredondadas para o milhar mais próximo. Algumas cifras dos quadros e gráficos apresentados poderão não expressar o somatório preciso em razão dos arredondamentos. O critério de mensuração utilizado na elaboração das demonstrações financeiras considera o custo histórico e o valor líquido de realização. As denominações “Empresa e suas controladas”, são termos sinônimos e referem-se às todas as em empresas que compõem o quadro societário, exceto quando indicado o contrário.

## **2.3. Demonstrações financeiras individuais**

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Para obter o mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foram efetuados, em ambas as demonstrações financeiras, os mesmos ajustes de prática quando da adoção das IFRS e dos CPC's.

## **2.4. Pronunciamentos contábeis emitidos/revisados recentemente**

Não houve emissões de novas normas para o período findo em 31 de dezembro de 2021, para a preparação dessas demonstrações financeiras.

## **3. Base para consolidação**

As demonstrações financeiras das controladas, negócios em conjunto e coligadas utilizadas nas demonstrações consolidadas são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação da controladora, aplicando práticas contábeis idênticas.

As operações entre as empresas, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, foram eliminados no processo de consolidação.

### **3.1. Controladas**

A Empresa controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis que se originam do seu envolvimento com a entidade e da capacidade de afetar os resultados desta através do seu poder de controle.

As entidades controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é obtido e a consolidação é descontinuada quando o controle deixa de existir.

A participação de terceiros no patrimônio líquido e no lucro líquido das controladas é apresentada separadamente no balanço patrimonial consolidado e na demonstração do resultado consolidado, respectivamente, na conta de “não-controladores”.

Para as aquisições de empresas, os ativos, passivos e passivos contingentes de uma controlada são mensurados pelo respectivo valor justo na data de aquisição. Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao valor justo dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registrada como ganho na demonstração dos resultados do exercício em que ocorre a aquisição.

Os procedimentos para consolidação integral seguem os conceitos e princípios estabelecidos pelo CPC 36 (R3) / IFRS 10.

Ganhos ou perdas resultantes de alterações na participação societária em controladas, que não resultem em perda de controle, são contabilizados diretamente no patrimônio líquido.

Os ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data do balanço patrimonial, enquanto os saldos das demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa são convertidos pelas taxas de câmbio médias do exercício, e os saldos das mutações do patrimônio líquido, pelas taxas de câmbio históricas das respectivas transações. Os ajustes de conversão, compreendidos pela diferença entre as taxas de câmbio média e histórica, são registrados diretamente no resultado abrangente.



### **3.2. Coligadas**

Os investimentos são contabilizados segundo o método da equivalência patrimonial, por se tratar de uma entidade na qual a Empresa exerce influência significativa, mas não o controle, uma vez que:

- (a) é parte do acordo de acionistas, indicando uma parcela dos administradores e tendo direito de veto em certas decisões relevantes; e
- (b) o poder de participar sobre as decisões operacionais e financeiras.

## **4. Principais políticas contábeis**

### **4.1. Classificação dos ativos como circulante e não circulante**

Os ativos com previsão de realização ou que se pretenda vender ou consumir no prazo de doze meses, a partir da data dos balanços, são classificados como circulante, todos os demais ativos são classificados como não circulante, incluindo os impostos fiscais diferidos.

### **4.2. Caixa e equivalentes**

Compreendem o caixa e equivalentes, as contas bancárias e as aplicações de curto prazo, de alta liquidez, imediatamente conversíveis em valores conhecidos de caixa e sujeitos a um risco insignificante de alteração do valor, com intenção e possibilidade de serem resgatados em até 90 dias a partir da data da aplicação.

### **4.3. Contas a receber**

As contas de clientes são reconhecidas inicialmente pelo seu valor justo e posteriormente pelo seu custo amortizado e deduzidas das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa e dos ajustes a valor realizável líquido, quando aplicáveis. O prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, e são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

Para cálculo das perdas estimadas sobre contas a receber, a empresa adota os preceitos contidos no CPC 48/IFRS 9. Para tanto, emprega uma análise quantitativa através de escala dos recebíveis considerando o histórico das perdas incorridas nos últimos 12 meses, juntamente com a expectativa de seu recebimento.

#### 4.4. Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição menos a depreciação acumulada e as perdas por redução ao valor de recuperação. O custo inclui o preço de aquisição, os juros de captação de empréstimos durante a fase de construção, e todos os demais custos diretamente relacionados ao transporte do ativo imobilizado, como fretes, impostos não recuperáveis, custos de desmonte e retirada dos equipamentos e restauração do local em que se encontram. O custo do imobilizado construído internamente é composto conforme os mesmos princípios dos imobilizados adquirido de terceiros.

Os juros de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo, que demande um período substancial para ser finalizado para o uso ou venda pretendido (ativo qualificável), são capitalizados como parte do custo dos respectivos ativos durante sua fase de construção. A partir da data da entrada em operação do correspondente ativo, os custos capitalizados são depreciados pelo prazo de vida útil estimada do ativo.

Quando realizada reposições significativas, tais reposições são reconhecidas como ativo, desde que satisfeitos os critérios para reconhecimento como a espera de utilização em mais de um período. Todos os demais reparos e manutenções são registrados no resultado durante o período que são incorridos.

O montante depreciável é o custo de um ativo menos o seu valor residual. Os valores residuais senão insignificantes, são reavaliados anualmente. A depreciação é calculada pelo método linear considerando o prazo de vida útil estimada dos bens; a vida útil dos bens é revisada anualmente e, se necessário, ajustada.

A vida útil das principais classes de ativo imobilizado está descrita abaixo:

- Veículos 05 anos
- Direito de Uso 05 a 40 anos
- Móveis e utensílios 10 anos
- Máquinas, equipamentos e instalações 16 a 40 anos
- Benfeitorias e edificações 30 a 50 anos
- Reservatório, barragem e adutora 50 anos

Para fins de avaliação da redução no valor recuperável, os ativos são agrupados no nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa independentes (unidades geradoras

de caixa). A avaliação pode ser feita no âmbito de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda possa ser determinado de forma confiável.

Os ganhos e perdas na alienação de ativos imobilizados são registrados na demonstração do resultado nas rubricas outras receitas (despesas) operacionais líquidas ou Despesas gerais e administrativas.

#### 4.5. Intangível

Os ativos intangíveis incluem softwares e outros ativos e são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, os ativos intangíveis são reconhecidos quando provêm de direitos legais ou contratuais, seu custo pode ser medido confiavelmente e, no caso de intangíveis não oriundos de aquisições separadas ou combinações de negócios, é provável que existam benefícios econômicos futuros oriundos do seu uso. Os ativos intangíveis podem ser de vida útil definida ou indefinida. Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados de forma linear pelo prazo de sua vida útil estimada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas testados para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável.

O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliar a redução no valor recuperável os ativos são agrupados no nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa. A avaliação pode ser feita no âmbito de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda pode ser determinado de forma confiável.

A amortização é calculada com base na vida útil estimada de realização, considerando-se o grupo em que cada bem se encontra inserido, conforme demonstrado abaixo:

- Direito de uso de software 05 anos
- Outros intangíveis 05 anos
- Servidão/uso do bem público 30 anos

Para fins de avaliação da redução no valor recuperável, são atribuídos os mesmos critérios do Imobilizado, assim como as classificações de ganhos e perdas.

#### 4.6. Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da Empresa adquirida. O ágio de aquisições é registrado como “ativo intangível”.

O ágio é testado anualmente para verificar possíveis perdas (*impairment*) e é contabilizado pelo seu valor de custo deduzido da amortização acumulada e perdas acumuladas por *impairment*.

Perdas por *impairment* reconhecidas sobre o ágio não são revertidas. O ágio é alocado a unidades geradoras de caixa para fins de teste de *impairment*, cuja alocação é feita pela entidade onde se originou.

O teste de *impairment* é realizado para se apurar eventual perda na recuperabilidade de ativo para o ágio gerado nas aquisições.

#### **4.7. Classificação dos passivos como circulante e não circulante**

Os passivos com expectativas de liquidação no prazo de doze meses a partir da data do balanço são classificadas como circulante. Todos os demais passivos são classificados como não circulante, incluindo os impostos diferidos.

#### **4.8. Fornecedores**

Os fornecedores são obrigações a pagar pela aquisição de insumos, bens do ativo imobilizado, produtos, mercadorias, bens e serviços, que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são classificados como passivo não circulante.

As obrigações são reconhecidas, inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

#### **4.9. Empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, nos reconhecimentos dos recursos líquidos dos custos de transação. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado, sendo qualquer diferença entre o valor inicial e o valor do vencimento reconhecido no resultado do exercício.

O valor desses instrumentos reconhecido nas demonstrações financeiras aproxima-se ao valor de mercado, mediante comparação das taxas de juros contratuais com as taxas de juros prevalentes no mercado, em operações similares na data.

#### **4.10. Arrendamentos**

A definição de um acordo de arrendamento baseia-se no teor do contrato entre as contrapartes em sua data inicial, isto é, se o cumprimento do acordo depende do uso de um ou mais ativos específicos ou se transfere um direito de uso do ativo.

Os arrendamentos são reconhecidos como ativo de direito e um passivo de arrendamento correspondente na data em que o ativo arrendado está disponível para uso da Empresa. Cada pagamento do arrendamento é alocado entre o passivo e a despesa financeira. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento. Ativos de direito de uso são depreciados pelo método linear, entre a vida útil do bem e o prazo do arrendamento, considera-se também as capitalizações de melhorias e reformas efetuadas nos imóveis.

Os ativos e passivos decorrentes de um arrendamento são inicialmente mensurados a valor presente e, ao mensurar os passivos do arrendamento, a Empresa desconta os pagamentos do arrendamento usando taxas incrementais de empréstimo.

#### **4.11. Provisões**

As provisões são reconhecidas quando a Empresa possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em virtude de um evento passado, é provável que seja necessária futura saída de recursos para liquidar a obrigação presente e seja possível fazer uma estimativa confiável do valor.

Nas hipóteses em que a Empresa tem a expectativa de reembolso da totalidade ou de parte da contingência – como, por exemplo, em virtude de um contrato de seguro – o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas somente quando é praticamente certo. A despesa relacionada à eventual contingência é registrada no resultado do exercício, líquida do eventual reembolso. Para os casos de honorários sobre êxito, a Empresa tem como política o provisionamento quando os honorários são incorridos, ou seja, quando do julgamento em definitivo das causas, sendo divulgados nas notas explicativas os montantes envolvidos para as causas ainda não finalizadas.

Periodicamente, a administração avalia a probabilidade de perda tendo como base fundamentos jurídicos, econômicos e tributários, avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, com o objetivo de classificá-los segundo suas chances de ocorrência e de exigibilidade, como prováveis, possíveis e remotas, levando em consideração,

conforme o caso, as análises de advogados externos e departamento jurídico, que patrocinam as causas da Empresa.

## **4.12. Apuração do resultado líquido**

### **4.12.1. Receita**

As receitas resultantes de fornecimento de energia elétrica são reconhecidas pelo valor da contraprestação quando o controle é transferido para o comprador, a Empresa deixa de ter o controle ou a responsabilidade e os benefícios econômicos gerados são prováveis. As receitas não são reconhecidas se sua realização for incerta.

A Empresa considera impraticável qualquer agregação para divulgação, visto que tais informações não são relevantes para os usuários.

As receitas provenientes do fornecimento de energia elétrica são registradas com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

### **4.12.2. Custo da energia vendida**

Compõe o custo da energia vendida as depreciações, amortizações, a energia adquirida para comercialização e aquisição de suprimentos para cumprimento dos contratos de longo prazo.

### **4.12.3. Despesas gerais e administrativas**

As despesas gerais e administrativas correspondem às despesas necessárias para o controle das atividades fins, incluindo despesas com suprimentos de expediente, departamentos corporativos e administrativos.

### **4.12.4. Resultado de equivalência patrimonial**

Atualização do valor contábil dos investimentos ao equivalente à participação societária nas investidas, sejam controladas ou coligadas.

#### **4.12.5. Outras receitas (despesas) operacionais líquidas**

As outras receitas e despesas operacionais líquidas correspondem aos efeitos de eventos significativos ou não recorrentes ocorridos durante o exercício que não se enquadrem na definição das demais rubricas da demonstração do resultado do exercício.

#### **4.12.6. Resultado financeiro**

As receitas financeiras abrangem receitas de rendimentos sobre aplicações financeiras, obtenção de descontos condicionais sobre pagamentos de fornecedores, atualização de saldo negativo de IRPJ e CSLL, além de outras receitas de menor expressividade. A receita de juros é reconhecida no resultado, através dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, despesas com taxas e demais serviços bancários, além de outras despesas de menor representatividade. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

#### **4.12.7. Imposto de renda e contribuição social correntes**

O imposto de renda e a contribuição social correntes ativos e passivos, referentes ao exercício atual e a exercícios anteriores, são mensurados pelo valor previsto para ser ressarcido ou pago às autoridades fiscais. As alíquotas e leis tributárias adotadas para cálculo do imposto são aquelas em vigor ou substancialmente em vigor, na data do balanço.

A tributação sobre a renda compreende o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), sendo calculada no regime do lucro real (lucro ajustado), com exceção das controladas diretas Carnaúba Geração de Energia S/A, Tamboril Energética S/A e Ícaro Geração de Energia Eólica Ltda., ao qual foram tributadas no regime do lucro presumido, com base nas alíquotas aplicáveis na legislação em vigor: 15%, sobre o lucro real e/ou lucro presumido e 10% adicionais sobre o que exceder R\$ 240 em lucro real e/ou lucro presumido por ano, no caso do IRPJ, e 9%, no caso da CSLL.

#### **4.12.8. Imposto de renda e contribuição social diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são gerados e reconhecidos por diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus respectivos valores

contábeis e sobre prejuízos fiscais. Os valores são reconhecidos no resultado do exercício, a não ser que estejam relacionados a itens do resultado abrangente, nesses casos, os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos no próprio patrimônio líquido. Créditos e prejuízos fiscais não utilizados são reconhecidos à medida que há uma estimativa razoável de lucros tributáveis futuros suficientes para permitir a sua realização.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos não são reconhecidos para ativos e passivos cuja realização futura não seja provável. O valor contábil do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos é revisado na data de cada balanço e reduzido, quando aplicável, na medida em que deixe de ser provável que haverá lucros tributáveis futuros suficientes para permitir a sua realização. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são mensurados de acordo com as alíquotas vigentes e aplicadas no período em que o ativo é realizado ou o passivo é liquidado.

## **5. Principais julgamentos contábeis, estimativas e premissas**

A elaboração das demonstrações financeiras da Empresa requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos e a evidenciação dos passivos contingentes no encerramento do exercício, porém, as incertezas quanto a essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo em exercícios futuros. No processo de aplicação das políticas contábeis da Empresa, a administração adotou os seguintes julgamentos, os quais tiveram o efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

- Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (notas 4.11 e 6.14).

### **5.1. Imposto sobre a renda**

Em virtude da natureza e complexidade dos negócios da Empresa, as diferenças entre os resultados efetivos e as premissas adotadas, ou as futuras alterações dessas premissas, podem acarretar futuros ajustes de receitas e despesas tributárias já registradas. A Empresa constitui as provisões, com base em estimativas razoáveis, para os impostos devidos. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como a experiência de fiscalizações anteriores e as diferentes interpretações da regulamentação fiscal pela entidade contribuinte e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem se referir a uma grande variedade de questões, dependendo das condições vigentes no domicílio da respectiva entidade.



Para os casos em que não se consegue justificar a realização de benefícios, o potencial de crédito de imposto de renda e da contribuição social diferidos é baixado. Esses prejuízos não têm prazo prescricional, mas sua utilização, conforme definida em lei, é limitada a 30% do lucro tributável de cada exercício para as entidades legais brasileiras, e referem-se a Empresa que dispõem de oportunidades de planejamento tributário para utilização desses saldos. Vide a nota 6.20, onde fornece outros detalhes sobre impostos.

## **5.2. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiro “*impairment*”**

O teste de recuperabilidade (*impairment test*) tem por objetivo apresentar o valor real líquido de realização de um ativo. A realização pode ser de forma direta ou indireta, por meio de venda ou pela geração de caixa na utilização do ativo nas atividades da Empresa.

A Empresa efetua o teste de recuperação de seus ativos tangíveis e intangíveis, sempre que houver qualquer evidência interna ou externa que o ativo possa apresentar perda do valor recuperável.

O valor de recuperação de um ativo é definido como sendo o maior entre o seu valor justo ou o valor em uso de sua Unidade Geradora de Caixa - UGC, exceto se o ativo não gerar entradas de caixa que sejam predominantemente independentes das entradas de caixa dos demais ativos ou grupos de ativos.

Se o valor contábil de um ativo ou UGC exceder seu valor recuperável, o ativo é considerado não recuperável e é constituída uma provisão a fim de ajustar o valor contábil para seu valor recuperável. Na avaliação do valor recuperável, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto que reflita o custo médio ponderado de capital para a operadora da unidade geradora de caixa.

A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa ao qual o ágio esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem:

- (a) reduzindo o valor contábil do ágio alocado à unidade geradora de caixa; e
- (b) a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo.

Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável

reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a Empresa estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida anteriormente. Essa reversão é reconhecida no resultado.

### **5.3. Arrendamentos**

Inicialmente os contratos são avaliados, com o intuito de verificar se o mesmo é, ou contém, um arrendamento, ou seja, se ele transfere o direito de controlar o uso de ativo identificado por um determinado período em troca de contraprestação.

A Empresa reconhece como ativo de direito de uso, os seus contratos referentes a imóveis ligados a unidades de distribuição, veículos, máquinas e equipamentos, usando das isenções previstas para os contratos de prazo inferior a 12 (doze) meses e de valor individual do ativo abaixo de US\$ 5.000 (cinco mil dólares). O prazo máximo de vigência dos contratos de arrendamentos é de 06 anos. Contratos de locação de salas comerciais, residenciais, repúblicas e área de lazer são reconhecidas como despesa, não aplicando o IFRS 16/CPC 06 (R2) – Arrendamentos.

Os contratos são então registrados, como Passivo de Arrendamento em contrapartida ao Direito de Uso, na data em que o ativo arrendado está disponível para uso na Empresa.

O prazo do arrendamento utilizado na mensuração corresponde ao prazo que o arrendatário está razoavelmente certo de exercer a opção de prorrogar o arrendamento ou de não exercer a opção para rescindir o arrendamento.

Os ativos de direito de uso dos contratos de arrendamento são depreciados pelo prazo do arrendamento através do método linear, pelo menor período entre a vida útil do bem e o prazo do arrendamento. As capitalizações de melhorias, benfeitorias e reformas efetuadas nos imóveis são depreciados ao longo de sua vida útil estimada ou do prazo esperado de utilização do ativo, limitado se houver evidências de que o contrato de arrendamento não será prorrogado, nota 6.8.

A Empresa não adotou o benefício relacionados à COVID-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento.

## 6. Demonstrações financeiras

### 6.1. Caixa e equivalentes

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	Dez 2021	Dez 2020	Dez 2021	Dez 2020
Caixa	2	3	7	3
Bancos conta movimento	34	21	727	561
Aplicações financeiras - liquidez imediata	671	365	3.087	2.331
<b>Total Geral</b>	<b>707</b>	<b>389</b>	<b>3.821</b>	<b>2.895</b>

### 6.2. Contas a receber

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	Dez 2021	Dez 2020	Dez 2021	Dez 2020
<b>Ativo circulante</b>	<b>8.778</b>	<b>-</b>	<b>9.803</b>	<b>445</b>
Clientes nacionais	8.778	-	9.803	445
<b>Ativo não circulante</b>	<b>13.067</b>	<b>31.291</b>	<b>13.067</b>	<b>31.291</b>
Clientes nacionais	13.067	31.291	13.067	31.291
<b>Total Geral</b>	<b>21.845</b>	<b>31.291</b>	<b>22.870</b>	<b>31.736</b>

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	circulante	não circulante	circulante	não circulante
A vencer	8.778	13.067	9.599	13.067
<b>Total a vencer</b>	<b>8.778</b>	<b>13.067</b>	<b>9.599</b>	<b>13.067</b>
Vencidos acima de 90 dias	-	-	204	-
<b>Total vencidos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>204</b>	<b>-</b>
<b>Total Geral</b>	<b>8.778</b>	<b>13.067</b>	<b>9.803</b>	<b>13.067</b>

### 6.3. Tributos a recuperar

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	Dez 2021	Dez 2020	Dez 2021	Dez 2020
<b>Ativo circulante</b>	<b>848</b>	<b>857</b>	<b>867</b>	<b>868</b>
PIS / COFINS a recuperar	761	368	761	368
IRPJ/CSLL a recuperar	38	454	38	454
IRRF a compensar	35	8	40	9
IRRF/IOF sobre aplicações financeiras	8	21	21	30
Outros impostos a restituir	6	6	7	7
<b>Total Geral</b>	<b>848</b>	<b>857</b>	<b>867</b>	<b>868</b>

Nomenclaturas utilizadas:

- PIS – Programa de integração social;
- COFINS - Contribuição social sobre o lucro líquido;
- IRPJ - Imposto de renda pessoa jurídica;

- CSLL - Contribuição social sobre o lucro líquido;
- IRRF - Imposto de renda retido na fonte;
- IOF - Imposto sobre operações financeiras.

#### 6.4. Despesas antecipadas

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	Dez 2021	Dez 2020	Dez 2021	Dez 2020
Ativo circulante	8	42	402	305
Prêmios de seguros a apropriar	8	42	402	305
<b>Total Geral</b>	<b>8</b>	<b>42</b>	<b>402</b>	<b>305</b>

#### 6.5. Ativo fiscal diferido

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	Dez 2021	Dez 2020	Dez 2021	Dez 2020
Créditos fiscais - IRPJ diferenças temporais	27.293	27.203	27.293	27.203
Créditos fiscais - CSLL diferenças temporais	9.826	9.793	9.826	9.793
<b>Total Geral</b>	<b>37.119</b>	<b>36.996</b>	<b>37.119</b>	<b>36.996</b>

	IRPJ		CSLL	
	Dez 2021	Dez 2020	Dez 2021	Dez 2020
Contingências passivas	90	-	33	-
Outras provisões	254	254	92	92
Prejuízo fiscal operacional	26.949	26.949	9.701	9.701
<b>Total Geral</b>	<b>27.293</b>	<b>27.203</b>	<b>9.826</b>	<b>9.793</b>

#### 6.6. Partes relacionadas

##### CONTROLADORA

	Contas a receber		Contas a pagar	
	Dez 2021	Dez 2020	Dez 2021	Dez 2020
Canaã	218	194	(12.948)	(10.744)
Tamboril	119	412	(12.921)	(5.898)
Carnaúba	64	2.884	(1.455)	(462)
Abranja	19	150	(202)	-
GP Comerc.	7	1.360	-	-
CPSA	-	-	(51)	(36)
GP Maxluz	-	11.148	-	-
<b>Total Geral</b>	<b>427</b>	<b>16.148</b>	<b>(27.577)</b>	<b>(17.140)</b>

**CONSOLIDADO**

	Contas a receber		Contas a pagar	
	Dez 2021	Dez 2020	Dez 2021	Dez 2020
GP Maxluz	3.000	11.148	-	-
Canaã	218	194	(12.948)	(10.941)
GP Comerc.	7	1.360	(371)	(371)
CPSA	-	-	(51)	(35)
<b>Total Geral</b>	<b>3.225</b>	<b>12.702</b>	<b>(13.370)</b>	<b>(11.347)</b>

**6.6.1. Transações com partes relacionadas****CONTROLADORA**

	Venda de energia		Compra de produtos		Aquisição de energia		Outras transações	
	Dez 2021	Dez 2020	Dez 2021	Dez 2020	Dez 2021	Dez 2020	Dez 2021	Dez 2020
Canaã	5.199	7.383	-	-	(5.394)	(9.358)	-	-
Tamboril	2.891	2.435	-	-	(3.807)	(8.342)	-	-
Carnaúba	1.283	1.815	-	-	(2.675)	(3.515)	-	-
Abranjo	571	494	-	-	(1.355)	(1.038)	-	-
CPSA	-	-	1	-	-	-	24	-
GP Comerc.	-	160	-	-	(5.393)	(4.657)	-	-
<b>Total Geral</b>	<b>9.944</b>	<b>12.287</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>(18.624)</b>	<b>(26.910)</b>	<b>24</b>	<b>-</b>

**CONSOLIDADO**

	Venda de energia		Compra de produtos		Aquisição de energia		Outras transações	
	Dez 2021	Dez 2020	Dez 2021	Dez 2020	Dez 2021	Dez 2020	Dez 2021	Dez 2020
Canaã	5.524	7.817	-	-	(6.171)	(9.632)	-	-
GP Comerc.	3.313	4.722	-	-	(5.393)	(4.657)	-	-
CPSA	-	-	1	-	-	-	24	-
<b>Total Geral</b>	<b>8.837</b>	<b>12.539</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>(11.564)</b>	<b>(14.289)</b>	<b>24</b>	<b>-</b>

Partindo do conceito definido pelo CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas no que tange à definição das entidades às quais a Sociedade e suas controladas possuem relacionamento e controle em comum, foram identificados elementos suficientes para a divulgação das entidades relacionadas.

**Referência:**

- CANAÃ - Canaã Geração de Energia S/A;
- TAMBORIL - Tamboril Energética S.A;
- CARNAÚBA - Carnaúba Geração de Energia S.A.;
- ABRANJO - Abranjo Geração de Energia S.A.;
- GP Comerc - GP Comercializadora de Energia Ltda;
- CPSA - Cervejaria Petrópolis S/A;

- GPMAXLUZ - GP Maxluz Holding Ltda.

## 6.6.2. Remuneração ao dirigentes

A remuneração para o pessoal chave da administração (conselho de administração e diretores estatutários da Empresa) é composta por: remuneração fixa mensal paga com o objetivo de remunerar a experiência de cada profissional e a responsabilidade e complexidade inerentes ao cargo, participação nos resultados e plano de benefícios composto de plano de saúde e seguro de vida.

Destaca-se, outrossim, que a Empresa não adota política de remuneração em ações e benefícios pós-emprego.

## 6.7. Investimento

CONTROLADORA	Controle	Participação		Capital social		Equivalência patrimonial		Participação societária	
		Dez 2021	Dez 2020	Dez 2021	Dez 2020	Dez 2021	Dez 2020	Dez 2021	Dez 2020
<b>Investida</b>									
Abranjo Geração de Energia S/A	Controlada	99,90%	99,90%	45.534	44.779	859	(2.501)	33.701	32.133
Carnaúba Geração de Energia S/A	Controlada	100,00%	82,00%	98.891	60.903	1.256	2.623	77.697	38.452
Estrela Geração de Energia S/A	Controlada	60,00%	60,00%	1.556	934	-	4	908	908
Fazenda Rio Bonito Geração Energia SA	Controlada	60,00%	60,00%	1	1	-	(25)	(31)	(31)
Ícaro Geração de Energia Eólica Ltda.	Controlada	97,50%	97,50%	4.270	1	5	(324)	1.274	(2.924)
Jaguatirica Geração de Energia S/A	Controlada	99,90%	99,90%	1	1	4	3	-	(3)
Lobo-Guará Geração de Energia S/A	Controlada	99,48%	99,48%	501	499	-	-	487	487
Tamboril Energética S/A	Controlada	99,90%	99,90%	170.496	170.326	(3.487)	(1.983)	140.543	144.030
Dona Lídia Geração de Energia S/A	Controlada	-	-	-	-	-	(13)	-	-
PCH Capão Alto Geração de Energia S/A	Controlada	-	-	-	-	-	(135)	-	-
<b>Subtotal (1)</b>				<b>321.250</b>	<b>277.444</b>	<b>(1.363)</b>	<b>(2.351)</b>	<b>254.579</b>	<b>213.052</b>
Canaã Geração de Energia S/A	Coligada	34,69%	26,94%	189.205	50.968	4.314	3.905	66.102	54.877
<b>Subtotal (2)</b>				<b>189.205</b>	<b>50.968</b>	<b>4.314</b>	<b>3.905</b>	<b>66.102</b>	<b>54.877</b>
Adiantamento futuro aumento de capital								64	50.986
Investimentos passivo a descoberto								31	2.958
Adiantamentos de distribuição de lucros								-	(1.200)
<b>Subtotal (3)</b>								<b>95</b>	<b>52.744</b>
<b>Total (1) + (2) + (3)</b>								<b>320.776</b>	<b>320.673</b>

CONSOLIDADO	Controle	Participação		Capital social		Equivalência patrimonial		Participação societária	
		Dez 2021	Dez 2020	Dez 2021	Dez 2020	Dez 2021	Dez 2020	Dez 2021	Dez 2020
<b>Investida</b>									
Canaã Geração de Energia S/A	Coligada	34,69%	26,94%	189.205	50.968	4.314	3.905	66.102	54.877
Ventos do Paraná Geração de Energia S/A	Coligada	-	16,00%	-	348	(1)	(1)	-	327
Dona Lídia Geração de Energia S/A	Controlada	-	-	-	-	-	(13)	-	-
PCH Capão Alto Geração de Energia S/A	Controlada	-	-	-	-	-	(135)	-	-
<b>Subtotal (1)</b>				<b>189.205</b>	<b>51.316</b>	<b>4.313</b>	<b>3.756</b>	<b>66.102</b>	<b>55.204</b>
Adiantamento futuro aumento de capital								-	15
Adiantamentos de distribuição de lucros								-	(1.200)
<b>Subtotal (2)</b>								<b>-</b>	<b>(1.185)</b>
<b>Total (1) + (2)</b>								<b>66.102</b>	<b>54.019</b>

A controladora, através de suas controladas e coligadas, investe em empreendimentos no país cujas atividades estão relacionadas aos segmentos em que atua.

Os adiantamentos para futuro aumento de capital mencionados acima, referem-se a valores enviados pela controlada para suas controladas indiretas, os quais integralizarão o capital social.

## 6.8. Imobilizado

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	Dez 2021	Dez 2020	Dez 2021	Dez 2020
Reservatórios, barragens e adutoras	-	-	163.145	167.107
Benfeitorias e edificações/ benf. bens terceiros	-	-	97.506	100.968
Máquinas, equipamentos e instalações	404	64	78.642	81.456
Direito de Uso	-	-	6.455	13.059
Imobilizado em andamento	-	-	4.132	3.848
Terrenos	-	-	3.019	3.019
Móveis e utensílios	2	3	178	186
Veículos	47	59	69	86
( - ) Perda estimada para redução valor realizado líquido	-	-	(34.600)	(34.600)
<b>Total Geral</b>	<b>453</b>	<b>126</b>	<b>318.546</b>	<b>335.129</b>

CONTROLADORA	2021			2020
	Instalações e equipamentos	Veículos	Total	Total
<b>Custo de aquisição</b>				
<i>Saldo no início do período</i>	202	82	284	289
Adições	359	-	359	21
Alienações/baixas	-	-	-	(26)
<i>Saldo findo em 31 de dezembro</i>	561	82	643	284
<b>Depreciação e perdas no valor recuperável</b>				
<i>Saldo no início do período</i>	(135)	(23)	(158)	(145)
Depreciação no período	(20)	(12)	(32)	(25)
Alienações/baixas	-	-	-	12
<i>Saldo findo em 31 de dezembro</i>	(155)	(35)	(190)	(158)
<b>Valor contábil</b>				
<i>Saldo em 31 de dezembro de 2020</i>	67	59	126	144
<i>Saldo em 31 de dezembro de 2021</i>	406	47	453	126

CONSOLIDADO	2021						2020
	Instalações e equipamentos	Edificações e terrenos	Veículos	Imobilizado em andamento	Direito de uso	Total	Total
<b>Custo de aquisição</b>							
<i>Saldo no início do período</i>	98.427	310.797	122	3.848	14.174	427.368	423.773
Adições	379	32	-	412	-	823	3.822
Alienações/baixas	(32)	-	-	(2)	-	(34)	(228)
Outros	11	126	-	(126)	(7.180)	(7.169)	1
<i>Saldo findo em 31 de dezembro</i>	98.785	310.955	122	4.132	6.994	420.988	427.368
<b>Depreciação e perdas no valor recuperável</b>							
<i>Saldo no início do período</i>	(16.785)	(74.303)	(36)	-	(1.115)	(92.239)	(81.116)
Depreciação no período	(3.183)	(7.492)	(17)	-	(396)	(11.088)	(11.330)
Alienações/baixas	13	-	-	-	-	13	12
Outros	(10)	(90)	-	-	972	872	195
<i>Saldo findo em 31 de dezembro</i>	(19.965)	(81.885)	(53)	-	(539)	(102.442)	(92.239)
<b>Valor contábil</b>							
<i>Saldo em 31 de dezembro de 2020</i>	81.642	236.494	86	3.848	13.059	335.129	342.657
<i>Saldo em 31 de dezembro de 2021</i>	78.820	229.070	69	4.132	6.455	318.546	335.129

A empresa assegura que em 31 de dezembro de 2021 os seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação. Não sendo necessário o reconhecimento de perdas por desvalorização “impairment”.



## 6.9. Intangível

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	Dez 2021	Dez 2020	Dez 2021	Dez 2020
Ágio	43.775	44.230	43.775	43.888
Direito de uso de software	129	174	129	175
Servidão/ uso do bem público	-	-	352	609
<b>Total Geral</b>	<b>43.904</b>	<b>44.404</b>	<b>44.256</b>	<b>44.672</b>

CONTROLADORA	2021			2020
	Direito de uso	Ágio	Total	Total
<b>Custo de aquisição</b>				
<i>Saldo no início do período</i>	<b>570</b>	<b>43.858</b>	<b>44.428</b>	<b>44.428</b>
Adição	91	-	91	26
Outros	(7)	-	(7)	(26)
<i>Saldo findo em 31 de dezembro</i>	<b>654</b>	<b>43.858</b>	<b>44.512</b>	<b>44.428</b>
<b>Amortização e perdas no valor recuperável</b>				
<i>Saldo no início do período</i>	<b>(396)</b>	<b>372</b>	<b>(24)</b>	<b>(401)</b>
Amortização no período	(129)	-	(129)	(166)
Baixa/alienação	-	-	-	515
Outros	-	(455)	(455)	28
<i>Saldo findo em 31 de dezembro</i>	<b>(525)</b>	<b>(83)</b>	<b>(608)</b>	<b>(24)</b>
<b>Valor contábil</b>				
<i>Saldo em 31 de dezembro de 2020</i>	<b>174</b>	<b>44.230</b>	<b>44.404</b>	<b>44.027</b>
<i>Saldo em 31 de dezembro de 2021</i>	<b>129</b>	<b>43.775</b>	<b>43.904</b>	<b>44.404</b>

CONSOLIDADO	2021				2020
	Direito de uso	Servidão/ uso do bem público	Ágio	Total	Total
<b>Custo de aquisição</b>					
<i>Saldo no início do período</i>	<b>575</b>	<b>673</b>	<b>43.858</b>	<b>45.106</b>	<b>45.290</b>
Adição	91	-	-	91	27
Baixa/alienação	-	(235)	-	(235)	(161)
Outros	(7)	-	-	(7)	(50)
<i>Saldo findo em 31 de dezembro</i>	<b>659</b>	<b>438</b>	<b>43.858</b>	<b>44.955</b>	<b>45.106</b>
<b>Amortização e perdas no valor recuperável</b>					
<i>Saldo no início do período</i>	<b>(400)</b>	<b>(64)</b>	<b>30</b>	<b>(434)</b>	<b>(766)</b>
Amortização no período	(133)	(19)	-	(152)	331
Baixa/alienação	-	-	342	342	1
Outros	3	(3)	(455)	(455)	-
<i>Saldo findo em 31 de dezembro</i>	<b>(530)</b>	<b>(86)</b>	<b>(83)</b>	<b>(699)</b>	<b>(434)</b>
<b>Valor contábil</b>					
<i>Saldo em 31 de dezembro de 2020</i>	<b>175</b>	<b>609</b>	<b>43.888</b>	<b>44.672</b>	<b>44.524</b>
<i>Saldo em 31 de dezembro de 2021</i>	<b>129</b>	<b>352</b>	<b>43.775</b>	<b>44.256</b>	<b>44.672</b>

Valor contábil	Dez 2021		Dez 2020	
Ágio na aquisição de ações da Canaã Geração de Energia S/A		12,896		12,948
Ágio na aquisição de ações da Tamboril Energética S/A		23,563		23,740
Ágio na aquisição de ações da Abranjo Geração de Energia S/A		7,337		7,563
Provisão para baixa de investimento		(21)		(363)
<b>Total Geral</b>		<b>43,775</b>		<b>43,888</b>

A empresa assegura que em 31 de dezembro de 2021 os seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação. Não sendo necessário o reconhecimento de perdas por desvalorização “impairment”.

## 6.10. Empréstimos e financiamentos

CONTROLADORA		Circulante		Não circulante	
<i>Em moeda nacional</i>		Dez 2021	Dez 2020	Dez 2021	Dez 2020
Debêntures	Real	5.287	5.298	2.203	7.503
<b>Total Geral</b>		<b>5.287</b>	<b>5.298</b>	<b>2.203</b>	<b>7.503</b>

CONSOLIDADO		Circulante		Não circulante	
<i>Em moeda nacional</i>		Dez 2021	Dez 2020	Dez 2021	Dez 2020
BNDES - Banco Nacional do Desenvolvimento	Real	3.897	3.892	6.063	9.947
BRDE - Banco Reg. Desenv. Extremo Sul	Real	2.033	2.242	4.493	5.808
Debêntures	Real	5.287	5.298	2.203	7.503
<b>Total Geral</b>		<b>11.217</b>	<b>11.432</b>	<b>12.759</b>	<b>23.258</b>

A Empresa e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos utilizados para aquisição de equipamentos e para a manutenção de suas PCH's.

## 6.11. Obrigações tributárias

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	Dez 2021	Dez 2020	Dez 2021	Dez 2020
<b>Passivo circulante</b>	<b>141</b>	<b>140</b>	<b>778</b>	<b>732</b>
IRPJ/CSLL a pagar	-	-	377	330
PIS/COFINS a recolher	-	-	159	159
Outros impostos federais	62	63	113	110
INSS a recolher	57	55	87	89
FGTS a recolher	21	20	29	30
Impostos municipais	-	-	11	9
ICMS a recolher	-	-	1	3
Outros	1	2	1	2
<b>Total Geral</b>	<b>141</b>	<b>140</b>	<b>778</b>	<b>732</b>

## Nomenclaturas utilizadas:

- IRPJ - Imposto de renda da pessoa jurídica;
- CSLL - Contribuição social sobre o lucro líquido;
- PIS - Programa de integração social;
- COFINS - Contribuição para financiamento da seguridade social;
- INSS - Instituto nacional do seguro social;
- FGTS - Fundo de garantia do tempo de serviço;
- ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços.

**6.12. Adiantamento de clientes**

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	Dez 2021	Dez 2020	Dez 2021	Dez 2020
<b>Passivo circulante</b>	<b>3.548</b>	<b>3.619</b>	<b>3.548</b>	<b>3.619</b>
Adiantamentos de clientes	3.548	3.619	3.548	3.619
<b>Passivo não circulante</b>	<b>301</b>	<b>3.848</b>	<b>301</b>	<b>3.848</b>
Adiantamentos de clientes	301	3.848	301	3.848
<b>Total Geral</b>	<b>3.849</b>	<b>7.467</b>	<b>3.849</b>	<b>7.467</b>

Os adiantamentos efetuados referem-se a contratos futuros para fornecimento de energia elétrica.

**6.13. Contratos a pagar**

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	Dez 2021	Dez 2020	Dez 2021	Dez 2020
<b>Passivo circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>111</b>	<b>580</b>
Outros contratos	-	-	111	580
<b>Passivo não circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>41.722</b>	<b>34.177</b>
Outros contratos	-	-	6.707	-
GSF a pagar	-	-	35.015	34.177
<b>Total Geral</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>41.833</b>	<b>34.757</b>

As operações atreladas as rubricas de outros contratos são oriundas da inclusão do CPC 06 R2 – Arrendamentos, essa norma iniciou-se em 2019 e refere-se a contratos de aluguéis de arrendamentos.

A variação significativa das operações atreladas a rubrica de GSF a pagar, correspondente a atualização do valor devido a órgãos reguladores do mercado energético, assim como novas apropriações referentes ao exercício em curso.

## 6.14. Provisões

Em atendimento ao pronunciamento técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, NBCTG 25 (R2) - Resolução nº 1.180/09, que preceitua sobre a provisão contábil de contingência, a Empresa identifica, avalia e classifica como provável a provisão para processos em que a Empresa é ré em ações judiciais envolvendo questões trabalhistas, tributárias, cíveis e ambientais.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	Dez 2021	Dez 2020	Dez 2021	Dez 2020
Valores sub judice	-	-	16.773	-
Contingências cíveis e administrativas	-	-	11.040	12.088
Contingências trabalhistas	362	-	362	35
<b>Total Geral</b>	<b>362</b>	<b>-</b>	<b>28.175</b>	<b>12.123</b>

### CONTROLADORA

#### Movimentação

	Trabalhistas
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-
Provisão/novos processos	362
Baixas/reversões	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>362</b>

### CONSOLIDADO

#### Movimentação

	Trabalhistas	Cíveis e adm.	Sub judice
Saldo em 31 de dezembro de 2020	35	12.088	-
Provisão/novos processos	362	6	16.773
Baixas/reversões	(35)	(1.054)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>362</b>	<b>11.040</b>	<b>16.773</b>

Passivos contingentes: com referência aos processo classificados pelos seus assessores legais com risco de perdas possíveis, portanto, não provisionados, destacamos o montante de R\$ 2.145.921,13 (Dois milhões, cento de quarenta e cinco mil, novecentos e vinte e um reais e treze centavos) para processo cíveis e administrativos, R\$ 68.316.207,63 (Sessenta e oito milhões, trezentos e dezesseis mil, duzentos e sete reais e sessenta e três centavos) para processos ambientais e R\$ 5.428,71 (Cinco mil, quatrocentos e vinte e oito reais e setenta e um centavos) para processos tributários, totalizando portanto, R\$ 70.467.557,47 (Setenta milhões,

quatrocentos e sessenta e sete mil, quinhentos e cinquenta e sete reais, e quarenta e sete centavos).

A rubrica valores sub judice refere-se a um litigio judicial relacionado com a saída unilateral da então acionista Triton Energia Ltda, da controlada Carnaúba Geração de Energia S/A. Os valores em discussão centra-se no direito da controlada abster-se de realizar pagamentos para a Triton, considerando que a mesma não cumpriu com a condição determinantes que convalidaria e materializaria seu direito e propriedade na participação societária, nos termos de acordo de acionistas firmados entre as partes.

## 6.15. Patrimônio líquido

### 6.15.1. Capital social

	Quantidade de ações	Capital social subscrito	% Participação
GP Maxluz Holding Ltda.	15.953.301	527.349.685,77	99,99%
GP Comercializadora de Energia Ltda.	1.595	52.724,05	0,01%
<b>Total Geral</b>	<b>15.954.896</b>	<b>527.402.409,82</b>	<b>100,00%</b>

O capital social está apresentado em moeda corrente nacional no montante de R\$ 527.402.409,82 (Quinhentos e vinte e sete milhões, quatrocentos e dois mil, quatrocentos e nove reais e oitenta e dois centavos), divididos em 15.954.896 (Quinze milhões, novecentos e cinquenta e quatro mil, oitocentos e noventa e seis) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

As ações da Empresa são individuais, indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas, no todo ou em parte a terceiros sem conhecimento dos outros acionistas.

## 6.16. Receita líquida

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	Dez 2021	Dez 2020	Dez 2021	Dez 2020
<b>Receitas</b>	<b>35.340</b>	<b>47.623</b>	<b>71.298</b>	<b>71.178</b>
Receita bruta tributável	35.340	47.623	71.298	71.178
<b>Deduções da receita</b>	<b>(3.267)</b>	<b>(4.404)</b>	<b>(4.515)</b>	<b>(5.253)</b>
PIS/COFINS s/ faturamento	(3.267)	(4.404)	(4.515)	(5.253)
<b>Total Geral</b>	<b>32.073</b>	<b>43.219</b>	<b>66.783</b>	<b>65.925</b>

## 6.17. Despesas gerais e administrativas

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	Dez 2021	Dez 2020	Dez 2021	Dez 2020
Despesas com pessoal	(526)	(372)	(5,071)	(5,787)
Despesas serviços prestados	(153)	156	(3,328)	(2,450)
Despesas / perdas indedutíveis	(1,892)	(138)	(1,892)	(138)
Despesas bens móveis e imóveis	(112)	(126)	(1,868)	(720)
Despesas com amortização	(129)	(163)	(129)	(164)
Despesas com depreciação	(32)	(25)	(32)	(25)
Despesas com provisões	(362)	515	722	(275)
<b>Total Geral</b>	<b>(3,206)</b>	<b>(153)</b>	<b>(11,598)</b>	<b>(9,559)</b>

- Despesa/ perdas indedutíveis: a variação refere-se a ajustes de participações societárias da controlada Ícaro Geração de Energia Eólica Ltda e da coligada Canaã Geração de Energia S/A;
- Despesa serviços prestados: essa conta deve ser analisada em conjunto com a conta “Despesas bens móveis e imóveis” que se trata da realização de serviços de manutenção na PCH Tamboril Geração de Energia S/A para melhoria do canal de adução, manutenção no gerador da PCH Abranjo Geração de Energia S/A, e demais serviços como recuperação de aterro, supressão vegetal, regularização fundiária e outros, realizados em todas as controladas;
- Despesa com provisão: destaca-se a realização de reversão de contingências cíveis e administrativas, decorrentes das atualizações e andamento dos processos, e acordos realizados que ocasionaram em efetivos pagamentos, nas PCH’s Abranjo Geração de Energia S/A.

## 6.18. Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	Dez 2021	Dez 2020	Dez 2021	Dez 2020
Demais despesas operacionais	-	-	(13.321)	(9.457)
Taxas e licenças	(35)	(72)	(1.241)	(1.147)
Agio investimento	(455)	-	(455)	-
Tributos estaduais outras operações	(11)	(5)	(28)	(37)
Ganhos e perdas de capital	-	(1.127)	(13)	(1.127)
Tributos municipais outras operações	-	-	(2)	(2)
Ganho na venda de imobilizado	-	12	-	12
Tributos federais outras operações	-	-	18	6
Demais receitas operacionais	-	4	175	318
Recuperação de despesas	120	85	420	85
<b>Total Geral</b>	<b>(381)</b>	<b>(1.103)</b>	<b>(14.447)</b>	<b>(11.349)</b>

- Demais despesas operacionais: refere-se preponderantemente com apropriação da despesa relacionada com a GSF (*Generation Scaling Factor*). Essa atualização é derivada da crise hídrica no país, afetada pela menor geração nos períodos de chuva que impactaram o período de seca, deixando os reservatórios com reservas abaixo de 30%, ocasionando um déficit no sistema interligado, que necessitou de aportes para suprir a falta de energia (GSF), realizando o rateio que é diretamente impactado pela elevação do preço do PLD.
- Provisão para recuperação valor recuperável do ativo: conforme preceitua o pronunciamento técnico CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos a controladora com base nas análises preparadas pela administração, verificou que o valor contábil dos seus investimentos excede o valor recuperável.

### 6.19. Resultado financeiro líquido

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	Dez 2021	Dez 2020	Dez 2021	Dez 2020
<b>Receitas financeiras</b>	<b>344</b>	<b>183</b>	<b>602</b>	<b>1.134</b>
Receitas s/ aplicações financeiras	112	84	371	187
Juros ativos	243	81	243	93
Outras receitas financeiras	6	26	6	809
Descontos obtidos	-	1	-	54
( - ) PIS/ COFINS s/ receitas financeiras	(17)	(9)	(18)	(9)
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(2.174)</b>	<b>(2.250)</b>	<b>(6.677)</b>	<b>(5.996)</b>
Juros s/ financiamentos e empréstimos	(1.889)	(1.880)	(3.848)	(4.491)
Outras despesas financeiras	(8)	(32)	(2.522)	(1.143)
Juros passivos	(6)	-	(9)	(2)
Taxas e serviços bancários	(265)	(236)	(278)	(252)
IOF	(6)	(13)	(20)	(19)
Descontos concedidos	-	(89)	-	(89)
<b>Total Geral</b>	<b>(1.830)</b>	<b>(2.067)</b>	<b>(6.075)</b>	<b>(4.862)</b>

- Outras despesas financeiras: a variação alocada neste grupo refere-se ao registro dos encargos financeiros relacionados a contratos de arrendamento (CPC 06), e o aumento nas despesas de Swap.

## 6.20. Imposto de renda e contribuição social

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	Dez 2021	Dez 2020	Dez 2021	Dez 2020
<b>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(5.376)</b>	<b>781</b>	<b>(3.980)</b>	<b>2.773</b>
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social com alíquota do (Lucro presumido)	-	-	(1.399)	(1.450)
<b>(=) Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.399)</b>	<b>(1.450)</b>
<b>Ajustes para apuração da alíquota efetiva:</b>				
Adições permanentes, líquidas	(72)	321	(72)	321
Outras diferenças temporais	195	(496)	195	(496)
<b>Despesas com formação de provisão para imposto de renda e contribuição social</b>	<b>123</b>	<b>(175)</b>	<b>(1.276)</b>	<b>(1.625)</b>
Imposto de renda/contribuição social diferidos	123	(175)	123	(175)
Imposto de renda/contribuição social corrente	-	-	(1.399)	(1.450)
	<b>123</b>	<b>(175)</b>	<b>(1.276)</b>	<b>(1.625)</b>
<b>Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social</b>	<b>-2%</b>	<b>-22%</b>	<b>32%</b>	<b>-59%</b>

## 6.21. Cobertura de seguros

A Empresa possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Discriminamos, a seguir, o valor segurado para a Empresa:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	Dez 2021	Dez 2020	Dez 2021	Dez 2020
Riscos operacionais	-	-	229.819	212.555
Responsabilidade civil	-	-	4.500	4.500
<b>Total Geral</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>234.319</b>	<b>217.055</b>

## 7. Gestão de riscos

A análise de riscos empresariais consiste em um processo sistemático que permeia suas atividades e envolve o conselho de administração, alta gestão e todo o quadro funcional.

O gerenciamento do risco tem como principal finalidade evitar a materialização de perdas, ou ao menos limitar os seus efeitos.



A Empresa mantém mapeados os riscos com o devido tratamento para avaliação e mitigações, de forma preditiva, do qual discorremos:

**a) Risco de mercado**

Os preços de aquisição de energia podem ter variações significativas no Brasil, devido à forte dependência de geração hídrica, impactando na tomada de decisão estratégica.

A Empresa possui pequenos volumes expostos a volatilidade de preços, salvo na questão da tomada de decisão para sazonalidade e, conseqüentemente, às curvas de *swap*, que mantemos monitorado através do denominado balanço energético, monitorando os nossos superávits e déficits, não temos como estratégia tomar posição expressivos em volumes *long* ou *short*, tendo em vista os motivos acima, no que tange a formação de preços.

É salutar comentar que os ativos de geração dos quais a Empresa participa, vendeu volumes expressivos no mercado cativo, denominado Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), com preços definidos em leilão e indexados a índices de inflação.

**b) Risco regulatório**

No passado recente, o governo federal exerceu um grau substancial de influência sobre os negócios do setor, no que se refere as regras de mercado, especificamente ao Mecanismos de Alocação de Energia (MRE).

Podemos citar o caso fático do GSF, Lei nº 3.975/2019, aprovada em 13.08.2020, aguardando sanção presidencial, que estabelece novas condições e regras para repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica e solução estrutural para o *Generation Scalling Factor* (GSF), para formalizar a proposta aos geradores impactados, de compensação pelo deslocamento hidrelétrico causado por motivos atribuíveis exclusivamente ao Poder Público, a saber:

- elegibilidade do deslocamento por razão elétrica;
- efeitos da antecipação da garantia física das usinas estruturantes;
- atrasos na entrada em operação de linhas de transmissão causadoras de restrição

ao escoamento da energia elétrica.

**c) Risco de quebra de crédito**

A Empresa realiza análise periódica de crédito minuciosa de seus parceiros e potenciais clientes, desta forma permeamos todas as nuances do segmento, ou seja:

- análise balanço patrimonial;
- análises e informações para decisões de crédito e apoio a negócios;
- monitoramento da situação dos *players* na CCEE, quanto, monitoramento por descumprimento de obrigação, média móvel, histórico dos últimos 12 meses quanto ao aporte e corte de contrato;
- visão de grupo econômico e comercializadora independente.

Para eventual descumprimento de disposições constantes nos contratos de venda e compra de energia firmados pela Empresa utilizamos das regras de comercialização na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), do qual é mantido caução, seguro garantia, fiança bancária, de acordo com a vigência dos contratos, multa compensatória e recomposição de energia a preços vigentes.

#### **d) Risco socioambiental e do empreendimento**

Evolução adversa da regulação ambiental e da atuação de movimentos sociais organizados em relação às usinas em operação.

A Empresa preza e mantém o controle efetivo do cumprimento de todas as obrigações socioambientais com os órgãos que a regulamentam.

#### **e) Risco de indisponibilidade de energia**

O mercado de energia é monitorado pelo Operador Nacional do Sistema elétrico (ONS). Para o exercício de suas atribuições legais e o cumprimento de sua missão institucional, a ONS desenvolve uma série de estudos em conjunto com a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), ações exercidas sobre o sistema e seus agentes proprietários para gerenciar as diferentes fontes de energia e a rede de transmissão, de forma a garantir a segurança do suprimento contínuo em todo o território nacional, com os objetivos de:

- promover a otimização da operação do sistema eletroenergético, visando ao menor custo para o sistema, observados os padrões técnicos e os critérios de confiabilidade estabelecidos nos procedimentos de rede aprovados pela ANEEL;
- garantir que todos os agentes do setor elétrico tenham acesso à rede de transmissão de forma não discriminatória; e
- contribuir, de acordo com a natureza de suas atividades, para que a expansão do SIN se faça ao menor custo e vise às melhores condições operacionais futuras.

O controle de toda a demanda de energia, e a sua oferta, é realizado pela ANEEL e a CCEE em conjunto.

O planejamento é executado de forma preditiva, para que todo o sistema tenha a visão de médio, curto e longo prazo, e novos projetos estruturantes de geração, transmissão e distribuição sejam implementados de forma a reduzir a zero a possibilidade de falta de energia (apagão).

Atualmente, o Brasil possui usinas térmicas que são acionadas quando há o risco de decréscimo de geração hídrica, pois ainda temos dependência de usinas hidrelétricas na nossa matriz energética na ordem de 64%. A Empresa de Pesquisa Energética (EPE), está realizando estudos para desenvolver projetos que sejam eficientes e eficazes para o panorama brasileiro, introduzindo novas fontes de energia de forma relevante, como por exemplo eólica e solar. Em suma, o risco atualmente é muito baixo.

## **8. Eventos subsequentes**

Até a data da emissão destas demonstrações financeiras findada em 31 de dezembro de 2021, a administração da Empresa não tomou conhecimento de fatos relevantes que mereçam ser mencionados.

**José Renato Artioli**  
CPF: 081.058.038-10  
Diretor Presidente

**Pedro Henrique David**  
CPF: 112.612.898-89  
Diretor Controladoria/ Administrativo

**Marcelo de Sá**  
CPF: 184.082.918-40  
Diretor de Executivo

**Jonatas Luis Brita da Silva**  
CPF: 146.566.818-73  
Contador

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos acionistas e diretores da  
**ELECTRA POWER GERAÇÃO DE ENERGIA S/A**

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Electra Power Geração de Energia S/A (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outros assuntos

A Companhia e suas controladas realizam operações significativas com sociedades pertencentes ao mesmo grupo econômico conforme demonstrado na nota explicativa nº 6.6.

Tendo em vista que a manutenção das operações depende diretamente destas transações, as demonstrações financeiras podem não refletir, necessariamente, a posição financeira que seria obtida caso a mesma tivesse operado exclusivamente com sociedades não ligadas.

### **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjuntos, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em respostas a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas - SP, 12 de março de 2022.

**SIMIONATO AUDITORES  
INDEPENDENTES**

**CRC 2SP017483/O-1**

**CVM Nº 9237**

**IVAM CARLOS BARROS DE LIMA**

**Contador**

**CRC 1SP 173757/O-7**